

Defensoria Pública e Tribunal de Justiça celebram parceria para realização do “Mutirão Direito a Ter Pai”

Páginas 3, 4, 5 e 6



Cooperação mútua visa à realização do mutirão de paternidade, que será promovido pela DPMG no dia 07 de outubro, simultaneamente em Belo Horizonte e mais 40 comarcas, em celebração aos 40 anos da Instituição.

Defensora-geral, Christiane Malard, assina o termo de cooperação técnica ao lado do presidente do TJMG, Herbert Carneiro

Curso de Formação: novos defensores são apresentados à Defensoria-Geral

Páginas 25



Defensoria Pública de Minas Gerais promove o III Seminário Criminal

Páginas 22, 23 e 24



DPMG divulga nota sobre decisão do Supremo Tribunal Federal que admite execução da pena após condenação em segunda instância

Páginas 9

MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

A última quinzena foi marcada por intenso trabalho institucional, em razão do “Mutirão Direito a Ter Pai”, uma verdadeira festa da cidadania que nossa Instituição promoverá, nesta sexta (07/10), em 41 comarcas. Desde que foi idealizado, em 2011, pelos defensores públicos de Uberlândia, o mutirão tem unido pais e filhos, fomentado o primeiro passo para o pleno exercício da cidadania e proporcionado a garantia de direitos a milhares de cidadãos mineiros. O projeto, que também tem contribuído para tornar a Defensoria Pública cada vez mais conhecida pela população, transformou-se em um programa institucional realizado, no mínimo, anualmente e em várias comarcas de Minas Gerais. Para tornar isso possível, contamos com parcerias essenciais, como a do Tribunal de Justiça que, desde 2013, tem cedido os exames de DNA. No dia 04, juntamente com o presidente do TJMG, assinei convênio formalizando a cooperação para esta edição do mutirão. Importante momento em que duas instituições unem forças em prol da desjudicialização, da pacificação social e do atendimento célere e eficiente à população.

Outro registro de destaque desta edição do Boletim foi a realização do III Seminário Criminal da DPMG. Mais um passo na política institucional de capacitação permanente de membros e servidores da Casa e, nesse caso, em área sensível para o Estado e de atuação estratégica da Defensoria Pública. O seminário trouxe importantes especialistas com atuação ligada à área criminal e foi palco de debate e reflexão, com ampla participação dos defensores públicos.

Confira as reuniões, no dia 22 de setembro, com a Adep-MG; no dia 29, com a presidência do TJMG; e, em 03 de outubro, com o secretário de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio de Rezende.

Ainda no âmbito das relações interinstitucionais, acompanhe as participações em reunião do Condege; no Congresso de Defensores Públicos da



Bahia; no II Fórum Direito das Pessoas com Deficiência; em solenidade de entrega de viaturas para a Polícia Civil; e na abertura do PJe em Patrocínio.

Confira, ainda, a atuação da DPDPH na seara do direito à moradia; a 3ª edição do Futebol Solidário promovida pela Defensoria Pública em João Monlevade; a criação de Centro de Mediação e Conciliação, em Betim; o atendimento em Centro de Acolhimento para população em situação de rua, em Varginha; as palestras sobre a carreira de defensor público, ministrada para alunos do Colégio Tiradentes, e do Projeto “Sala de Espera”; além da presença da Defensoria Pública na mídia.

Finalizo minha mensagem, convidando a todos para o Café com Autoridades e Imprensa, que abrirá os trabalhos do “Mutirão Direito a Ter Pai”, em Belo Horizonte, no dia 07/10, às 9h30.

Um abraço e boa leitura a todos!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora pública-geral



Defensoria Pública e Tribunal de Justiça celebram parceria para realização do “Mutirão Direito a Ter Pai”

No dia 04.10.2016, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e o Tribunal de Justiça (TJMG) celebraram cooperação mútua visando à realização do “Direito a Ter Pai”, mutirão de paternidade que será promovido pela DPMG, no dia 07 de outubro, simultaneamente em Belo Horizonte e mais 40 comarcas, em celebração aos 40 anos da Instituição.



Defensora-geral, Christiane Malard: com a parceria essencial e fundamental do Tribunal de Justiça, o projeto tornou-se um programa



Compuseram o dispositivo de autoridades: 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Saulo Versiani Penna; 1º vice-presidente, desembargador Geraldo Augusto de Almeida; presidente Herbert Carneiro; 2º vice-presidente, desembargador Maurício Torres Soares; presidente da Associação Mineira do Ministério Público, José Silvério Perdigão de Oliveira; consultor jurídico do IBDFAM – Seção MG, desembargador Newton Teixeira Carvalho; diretor para assuntos Institucionais e Parlamentares e representante da Adep-MG, Flávio Wandek; secretário-geral adjunto e representante da OAB/MG, Charles Fernando Vieira



Continuação

Defensoria Pública e Tribunal de Justiça celebram parceria para realização do “Mutirão Direito a Ter Pai”

O termo de cooperação técnica, que prevê o custeio, por parte do TJMG, dos exames de DNA para as famílias cadastradas no mutirão, foi assinado pela defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, e pelo presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro.

A defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard, fez uma breve retrospectiva do “Mutirão Direito a Ter Pai”, que foi idealizado pelos defensores públicos em atuação em Uberlândia, onde a ação já foi realizada sete vezes. A primeira delas, em 2011. Na Capital, a iniciativa aconteceu pela primeira vez em 2012. “Percebemos que o projeto dificilmente caminharia apenas com parcerias particulares e, a partir de 2013, em uma e passou a ser promovido anualmente e em várias comarcas simultaneamente”. Christiane Malard relatou os números crescentes do mutirão, tanto na quantidade de exames de DNA cedidos pelo TJ, quanto no número de comarcas e pessoas contempladas.

Ao falar sobre os benefícios do “Mutirão Direito a Ter Pai”, a defensora-geral destacou a desjudicialização das demandas e consequente economia gerada para os cofres públicos e, a celeridade e efetividade na prestação do atendimento aos cidadãos. “Com o mutirão, pretendemos não ape-

nas promover o reconhecimento da paternidade e os direitos a ela inerentes, mas também o vínculo afetivo e o estreitamento das relações familiares. A família é base da formação do indivíduo e, em pesquisas realizadas por defensores públicos em presídios estaduais, foi detectado que grande parte dos detentos não possui o nome do pai no registro de nascimento. Com a promoção dos laços familiares, estamos também contribuindo para a prevenção da criminalidade”, completou a DPG.

Christiane Malard agradeceu ao Tribunal de Justiça, pela inestimável parceria, e às coordenadoras da DPMG, Hellen Caires Teixeira Brandão (Projetos e Convênios) e Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (Famílias e Sucessões da Capital), pela organização do mutirão.

Ao finalizar suas palavras, a DPG ressaltou que a pacificação social é o objetivo maior da Defensoria Pública mineira, e deixou “uma palavra de esperança, para que possamos continuar acreditando nas nossas instituições”.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Herbert Carneiro, enfatizou a importância da parceria firmada. “Quando duas instituições se unem em prol de uma causa nobre, com certeza, os

continua >>



Diretor para assuntos Institucionais e Parlamentares e representante da Adep-MG, Flávio Wandek; coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michele Mascarenhas Glaeser; coordenadora de Projetos e Convênios, Hellen Caires Teixeira Brandão; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; juíza de Direito do Centro de Reconhecimento de Paternidade do TJMG, Maria Luiza Rangel Pires; assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa; e a desembargadora do TJMG, Ana Paula Nanetti Caixeta

Continuação

Defensoria Pública e Tribunal de Justiça celebram parceria para realização do “Mutirão Direito a Ter Pai”

resultados e a eficiência prevalecem. Estamos aqui em função de um evento cívico, e agradecemos a oportunidade de mais uma vez reafirmarmos essa parceria”.

Herbert Carneiro ressaltou que a realização do reconhecimento de paternidade é uma política pública do Tribunal e falou sobre o programa “Pai Presente”, criado pela Instituição em 2009 e que se tornou modelo para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O desembargador Herbert Carneiro destacou que “parcerias como a que hoje celebramos são imprescindíveis para que o Judiciário possa cumprir seu papel de garantir direitos e dar respostas mais efetivas à sociedade. O Tribunal estará sempre de braços abertos para parcerias como esta, para que, além do judicialismo que nos preocupa, tenhamos soluções mais simplificadas e pacificadas, fazendo com prevaleça, acima de tudo, a justiça social, que é o nosso objetivo maior”.

continua >>



1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro



Assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa; defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard; presidente do TJMG, Herbert Carneiro; coordenadora de Projetos e Convênios, Hellen Caires Teixeira Brandão; e a coordenadora de família e sucessões da Capital, Michelle Mascarenhas

Continuação

Defensoria Pública e Tribunal de Justiça celebram parceria para realização do “Mutirão Direito a Ter Pai”

Presenças

Estiveram presentes na solenidade ainda, entre outras autoridades, os desembargadores Geraldo Augusto de Almeida, Wagner Wilson Ferreira e Saulo Versiani Penna, respectivamente, 1º, 2º e 3º vice-presidentes do TJMG; o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Maurício Torres Soares; os desembargadores Carlos Henrique Perpétuo Braga, Ana Paula Caixeta e Newton Teixeira Carvalho; os defensores públicos, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (assessora Jurídico-Institucional), Hellen Caires Teixeira Brandão (coordena-

dora de Projetos e Convênios), Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital) e Flávio Aurélio Wandeck Filho (diretor para assuntos Institucionais e Parlamentares, representando o presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso); o secretário-geral adjunto da OAB-Minas, Charles Vieira; o presidente da Associação Mineira do Ministério Público, promotor José Silvério Perdigão de Oliveira; e a coordenadora do CRP do TJMG, juíza Maria Luíza Rangel Pires.

DPMG NA MÍDIA

Diário Oficial divulga parceria entre Defensoria Pública e TJMG

A edição do dia 05.10.2015, do Diário Oficial de Minas Gerais publicou matéria sobre a parceria firmada entre a Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça, para realização do Mutirão “Direito a Ter Pai”.

[Clique aqui para ler.](#)



Defensoria-Geral reúne-se com Presidência do TJMG

No dia 29 de setembro, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, estiveram na Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde se reuniram com o juiz de direito auxiliar da Presidência, Carlos Donizette, e o de-

sembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga.

A formalização da cessão de uso de espaços, por parte da Defensoria Pública, em diversos prédios administrados pelo Tribunal de Justiça, e outros assuntos de interesse institucional, foram os temas tratados na reunião.



Em sentido horário: juiz auxiliar, Carlos Donizette; desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga; assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins; e a defensora-geral, Christiane Malard



Defensoria Pública-Geral reúne-se com Adep-MG

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, e o presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso, reuniram-se, no dia 29 de setembro, no gabinete da Defensoria-Geral. Participaram também da reunião o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; os assessores Institucionais, Cibele Cristina Maffia Lopes e Nikolas S. Macedo Katopodis; e o diretor Jurídico e de Defesa das Prerrogativas da Associação, Guilherme Rocha de Freitas.

Durante o encontro, foram tratados o resultado na Assembleia Geral Extraordinária da Associação reali-

zada no último dia 22, assim como pontos relacionados à proposta orçamentária da Defensoria Pública para o ano de 2017 e à tramitação dos projetos de lei de interesse da classe, que se encontram em tramitação na Assembleia Legislativa.

A defensora-geral, Christiane Malard, ressaltou a necessidade de que as ações sejam executadas com responsabilidade, especialmente aquelas que envolvem o sistema prisional, área atualmente sensível e dependente da presença da Defensoria Pública, sendo, esta inclusive, uma ação estratégica.



Em sentido horário: assessores Institucionais, Nikolas S. Macedo Katopodis e Cibele Cristina Maffia Lopes; DPG Christiane Malard; representantes da Adep, Eduardo Generoso (presidente) e Guilherme Rocha de Freitas (diretor)

Defensora-geral faz visita institucional à Rede Globo

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, realizou visita institucional ao estúdio da Rede Globo de Televisão em Belo Horizonte, no dia 05.10.2016.

A DPG reuniu-se com o gerente de Comunicação da emissora, José Amaro Siqueira, e o diretor de Jornalismo, Renê Astigarraga, e entregou, pessoalmente,

o convite para o Café com Autoridades e Imprensa, que abrirá os trabalhos do “Mutirão Direito a Ter Pai”, na Capital, na sexta (07/10).

Por ocasião do encontro, foi renovado o apoio da emissora à iniciativa da Defensoria Pública. Desde 2011, ano da primeira edição do Mutirão, a Rede Globo é uma das apoiadoras do evento.



Defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada pelos profissionais da Rede Globo, José Amaro Siqueira e Renê Astigarraga



Defensora pública-geral participa da IX Reunião Ordinária do Condege

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada pelo assessor Institucional, Nikolas S. Macedo Katopodis, esteve em Salvador, no dia 23.09.2016, onde participou da IX Reunião Ordinária do Colégio Nacional dos Defensores-Gerais (Condege).

Entre os temas debatidos, a proposta de criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública (CNDP); discussão acerca da PEC 62/2015; acordo de cooperação para promoção da educação em Direitos Humanos; apresentação do Protocolo de Atendimento de Pessoas em Situação de Rua, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos do Condege; deliberação sobre a realização do III Seminário Nacional da Luta pela Moradia e sobre a II Semana Nacional da Mora-

dia, previstos para realização em 2017; discussão e apresentação acerca do termo de cooperação técnica entre Defensorias Públicas para a criação e instituição de procedimentos a serem adotados, visando à atuação integrada e o intercâmbio de informações e a garantia de assistência Jurídica integral aos necessitados; além da apresentação do sistema de videoconferência “Produtividade e Reduzindo Custos na Defensoria Pública”.

DPG Christiane Malard durante a reunião, com os defensores-gerais de São Paulo, Davi Eduardo Depiné Filho (1º, à esq.), e do Rio Grande do Sul, Cristiano Vieira Heerdt



Diversos defensores-gerais e representantes de Defensorias de todo o país estiveram presentes na reunião, em Salvador, onde foi realizado, também, o Congresso de Defensores Públicos da Bahia, com o tema “Defensoria Pública em Tempos de Litigância Estratégica”

Nota da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais sobre decisão do STF que admite execução da pena após condenação em segunda instância

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais expressa preocupação com os reflexos da decisão do Supremo Tribunal Federal, que entendeu que a prisão da pessoa condenada em 2ª instância é possível, mesmo antes do trânsito em julgado da sentença.

Além de afronta ao artigo 283 do CPP e à própria Constituição da República, a percepção é de que haverá um significativo incremento no número de presos nas unidades prisionais do Estado, agravando o problema do déficit de vagas no sistema.

A Defensoria Pública tem feito, em base regular, um trabalho consistente de acompanhamento da situação carcerária no Estado, atuando administrati-

va e, quando necessário, judicialmente, para evitar que graves violações dos direitos humanos se perpetuem, em especial, porque a absoluta maioria das pessoas presas são hipossuficientes também em sentido financeiro, dependendo dos serviços da instituição para a defesa de seus direitos.

O monitoramento da situação carcerária será mantido e intensificado, para aferir prontamente a evolução e provável agravamento do problema da superlotação de presídios e penitenciárias do Estado, enquanto se aguarda o julgamento definitivo da questão pelo STF.

Defensoria Pública-Geral (06/10/2016)

Defensoras públicas de Minas Gerais são entrevistadas para reportagem do site Conjur

Reportagem consultou defensora-geral do Estado e defensora pública da área de execução penal para matéria sobre julgamento do Supremo Tribunal Federal relativo à presunção de inocência

A revista eletrônica Consultor Jurídico (Conjur) publicou, no dia 05.10.2016, reportagem sobre os impactos de uma possível decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à execução provisória de pena.

A defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, e a defensora pública, Alessa Pagan Veiga, em atuação na área de execução penal, em Uberlândia, foram entrevistadas, fornecendo informações que ajudaram a subsidiar a elaboração da matéria publicada.

[Clique aqui para ler a reportagem.](#)



Julgamento

No dia 05, o STF julgou as Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 43 e 44, ajuizadas pelo Partido Ecológico Nacional e pela Ordem dos Advogados do Brasil, que pediam o reconhecimento de que o artigo 283 do Código de Processo Penal, que exige o trânsito em julgado da condenação para o cumprimento de punições, é constitucional e prevalece sobre outras previsões legais.

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal entendeu que o artigo 283 do Código de Processo Penal não impede o início da execução da pena após condenação em segunda instância e indeferiu liminares pleiteadas nas ADCs 43 e 44.

A controvérsia judicial decorreu de decisão proferida pelo STF no Habeas Corpus 126292, no qual, por decisão da maioria dos ministros, foi considerado válido, naquele caso, o cumprimento da pena de prisão antes do trânsito em julgado da condenação.

Planejamento Estratégico realiza entrevista com a Corregedoria-Geral do TJMG

Os assessores de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho e Rafael de Freitas Cunha Lins; e o pesquisador e professor da Fundação João Pinheiro, Marconi Martins de Laia, realizaram, dia 28.09.2016, entrevista com integrantes da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), como parte integrante da execução do Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Participaram do encontro, a secretária executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucio-

nal, Daniela Arantes Correia, a secretária de Suporte ao Planejamento e à Gestão da 1ª Instância, Mônica Alexandra de Mendonça Terra e Almeida Sá; e a coordenadora da Coordenação de Atendimento à 1ª Instância, Juliana de Melo Horst.

O Comitê Executivo, juntamente com a Fundação João Pinheiro, realizará ainda entrevistas, entre outras, com a Ordem dos Advogados do Brasil; deputados estaduais; representantes do governo; representantes de movimentos sociais; aplicação de questionários para defensores públicos e assistidos.



A partir da eq.: Os assessores de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins e Tifanie Avellar Carvalho; o professor Marconi Martins de Laia; a secretária executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, Daniela Arantes Correia; a coordenadora de Atendimento à 1ª Instância, Juliana de Melo Horst e a secretária de Suporte ao Planejamento e à Gestão da 1ª Instância, Mônica Alexandra de Mendonça Terra e Almeida Sá

AÇÕES EM DESTAQUE

Palestra para alunos do Colégio Sesi em Ubá

No dia 06 de setembro, o coordenador Local em exercício da comarca de Ubá, Sérgio Riani, participou do projeto “Roda de Conversa”, promovido pelo Colégio Sesi no município, e ministrou palestra para os alunos do terceiro ano integrado do ensino médio.

O objetivo do projeto é apresentar para os alunos

palestras vocacionais em que o convidado expõe sobre o curso de sua formação acadêmica, e fala sobre sua profissão.

Durante a palestra, o coordenador Local falou sobre o curso de Direito e sobre a Defensoria Pública, explicando suas atribuições, as responsabilidades e os desafios da profissão.



O coordenador Local em exercício de Ubá, Sérgio Riani, ministra palestra para os alunos do Colégio Sesi

AÇÕES EM DESTAQUE | *continuação*

Audiências públicas convocadas pela DPMG são realizadas em Governador Valadares e Conselheiro Pena

Grupo Interdefensorial do Rio Doce, composto por defensores públicos dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e da União, realizou, no dia 22.09.2016, audiência pública em Governador Valadares. Na ocasião, foram discutidas diversas questões de interesse da população, relacionadas com as consequências do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em especial, o desabastecimento na cidade e o programa de indenização proposto pela Samarco.

Estiveram presentes o assessor Institucional da Defensoria Pública, Pericles Batista da Silva; os defensores públicos federais Yuri Costa e Lutiana Valadares; o

coordenador da Regional do Vale do Rio Doce, Calânico Sobrinho; e os defensores públicos de Governador Valadares, Vinicius Braga Sobral, Gilvan de Oliveira Machado, Bruna Marcia da Veiga e Sheila Santos Nunes; o presidente da Câmara Municipal, vereador Pedro Viana, que abriu a sessão; o secretário de Governo Municipal, Ancelmo Martins de Paulo; a Vereadora Dilene Dileu; o comandante do 8º RPM, cel. Wesley Barbosa; a capitã Bombeiro Militar, Janine G. de Faria; o delegado Regional de Governador Valadares, Fábio Guilherme Barreto; o presidente da OAB Subseção de Governador Valadares, Adilson Aurélio Domiciano.



Grupo Interdefensorial do Rio Doce realiza audiência pública em Governador Valadares, um dos municípios afetados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana

Audiência pública em Conselheiro Pena: população preocupada com retomada da atividade plena no município



Conselheiro Pena

No dia 23.09.2016, a audiência foi realizada em Conselheiro Pena, com a participação de lideranças da comunidade e de grande número de moradores, que expressaram preocupação pela retomada da atividade plena no município, que gira em torno do Rio Doce. Presentes nessa ocasião o assessor Institucional da Defensoria Pública, Pericles Batista da Silva; os defensores públicos federais Yuri Costa e Lutiana Valadares; o coordenador da Regional do Vale do Rio Doce, Calânico Sobrinho; e a deputada estadual Celise Laviola. Em ambas as audiências, os impactados tiveram a oportu-

nidade de fazer perguntas aos representantes da Samarco.

- O Grupo Interdefensorial do Rio Doce realizou audiências em Santa Cruz de Escavaldo, Barra Longa, Governador Valadares e Conselheiro Pena, em Minas Gerais, e em Colatina, Baixo Guandu, e em Linhares, no Espírito Santo, com o objetivo de esclarecer a população atingida sobre o programa de indenização que está sendo implementado pela Samarco, orientando os atingidos quanto a necessidade de análise jurídica prévia da proposta de acordo da empresa.



AÇÕES EM DESTAQUE | *continuação*

Carta-proposta sobre a Política Municipal de Habitação

A Defensoria Pública, por meio da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), representantes de movimentos sociais, técnicos e acadêmicos envolvidos com habitação popular, sindicatos e integrantes do Sistema de Justiça elaboraram propostas sobre a Política Municipal de

Habitação em Belo Horizonte.

O documento é fruto de amplo debate realizado durante o II Seminário da Política Municipal de Habitação, que aconteceu no dia 3 de setembro, na Capital.

Clique aqui para ler a carta-proposta.

Defensoria Pública ajuíza ACP em defesa de famílias beneficiadas pelo Orçamento Participativo de Habitação

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por intermédio da coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Cleide Aparecida Nepomuceno ajuizou ação civil pública (5142834-70.2016.8.13.0024), com pedido de liminar, em face do Município de Belo Horizonte e da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel). Referida ação, que tramita perante a 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal, visa à construção de 1738 unidades habitacionais que são devidas à famílias beneficiadas pelo Orçamento Participativo de Habitação (OPH).

O descumprimento, por parte do Município, quanto à entrega de passivos do OPH foi denunciado no dia 19 de julho deste ano, ocasião em que a Defensoria Pública recebeu um grupo de representantes de Núcleos de Moradia, integrantes do Fórum de Coordenadores de Núcleos de Belo Horizonte.

Após vários requerimentos administrativos junto à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), órgão gestor da política habitacional de Belo Horizonte, não obtendo a resolução administrativa da questão, a Defensoria Pública ajuizou ação civil pública.

Origem

Em 2010, como condição de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o município de Belo Horizonte elaborou o Plano Local de Habitação de Interesse Social, que realizou diagnóstico incluindo a relação dos Movimentos Sociais com o Município. Antes da adesão ao SNHIS, o Município desenvolvia uma política habitacional para atender ao déficit habitacional quantitativo, por meio do Orçamento Participativo de Habitação (OPH).

Segundo o diagnóstico, em 1990, a gestão Municipal da Frente BH Popular criou o Orçamento Participativo e abriu recursos para a Produção Habitacional em Autogestão, tendo sido criado, em 1996, o OPH.

A partir do OPH, os Movimentos de Moradia, então atuantes em Belo Horizonte, organizaram-se em Núcleos de Movimentos sem Casa ou em Associações. Entre os

critérios estabelecidos para a distribuição dos recursos e priorização dos Núcleos, estavam o tempo de sua existência, o nível de organização e a articulação com entidades centrais do movimento popular pela moradia.

A organização do movimento em Núcleos constituiu, assim, a porta de entrada/acesso à Política Municipal de Habitação (PMH), no que se refere ao atendimento via produção habitacional.

De acordo com o Relatório de Gestão 2015 do Fundo Municipal de Habitação Popular, a Política Municipal de Habitação possuía a linha de atuação de assentamentos existentes e de produção de novas moradias.

No OPH, os Núcleos de Moradia indicavam no Fórum do OPH, realizado a cada dois anos, as famílias que seriam beneficiadas com unidades habitacionais produzidas pelo Município. A partir do Programa Nacional “Minha Casa, Minha Vida”, os Núcleos de Moradia e as Associações perderam a autonomia de indicar famílias beneficiadas para receber unidade habitacional, uma vez que o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, impôs o sorteio, como forma de distribuição das unidades, enfraquecendo o elo entre o Município e os Movimentos.

A coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), autora da ACP, defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, explica que “em nenhum momento, em razão da autonomia dos municípios, este ficou proibido de dar continuidade à sua própria política habitacional e, especificamente, ao Orçamento Participativo de Habitação”.

Na ACP, a Defensoria Pública sustenta que “as famílias contempladas no Orçamento Participativo de Habitação, devidamente indicadas pelos Núcleos de Moradia, e cadastradas pelo Município, possuem direito público subjetivo ao recebimento de uma unidade habitacional pelo Município, com seus próprios recursos, conforme política habitacional em vigor no momento em que elas foram indicadas”.

A ACP, que foi distribuída, no dia 28 de setembro, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal, aguarda apreciação do Poder Judiciário.



AÇÕES EM DESTAQUE | *continuação*

Defensoria Pública promove futebol solidário em João Monlevade

No dia 17 de setembro, a Defensoria Pública de Minas Gerais em João Monlevade realizou a 3ª edição do Futebol Solidário. A iniciativa, além de promover a prática esportiva, possibilitou a arrecadação de doativos para o Asilo Lar São José, entidade beneficente da Sociedade São Vicente de Paula situada no município.

Para a coordenadora Local da Defensoria Pública em João Monlevade, Renata Martins, “a iniciativa, pautada na solidariedade, propiciou visibilidade do trabalho desenvolvido pela Instituição, que sempre tem por finalidade desenvolver igualdade e justiça social”.



Foram arrecadados fraldas e leite



O evento contou com a participação de estudantes e professores de Direito da Rede de Ensino Doctum



Participaram do evento, as defensoras públicas Renata Martins (coordenadora Local) e Renata Godinho, em atuação na comarca

Coordenadora de Atendimento da Capital ministra palestra sobre a carreira de defensor público

A coordenadora de Atendimento da Capital, Eden Mattar, ministrou palestra sobre a carreira de defensor público, dia 23.09.2016, para alunos do Colégio Tiradentes, no auditório da escola.

O evento integra o projeto Fórum das Profissões, desenvolvido pelo Colégio para conscientizar e preparar os alunos para a escolha de uma profissão.

Durante a palestra, Eden Mattar abordou a carreira de defensor público, as funções institucionais da Defensoria Pública e, ao responder dúvidas, fez distinções entre algumas carreiras jurídicas.



Palestra abordou a carreira de defensor público e respondeu dúvidas sobre carreiras jurídicas

AÇÕES EM DESTAQUE | *continuação*

Defensor público mineiro aborda a Instância Superior Criminal em palestra em congresso na Bahia

O defensor público, Flávio Rodrigues Lelles, em atuação na Desits Criminal, participou, dia 23.09.2016, do Congresso de Defensores Públicos da Bahia, em Salvador, oportunidade em que ministrou palestra sobre o tema “Instância Superior com Atuação na Área Criminal”. Em sua explanação, Flávio Lelles relatou atuações estratégicas que objetivam aproximar os defensores públicos que atuam nas Varas Criminais, dos defensores públicos que atuam perante os Tribunais, de modo a otimizar a assistência jurídica prestada, além de estabelecer uma melhor relação institucional entre todos.

Flávio Lelles apresentou aos defensores baianos atuações exitosas adotadas pela Defensoria mineira na Instância Superior, a exemplo da especialização

por área de atuação na Instância Superior e a criação de Câmaras de Estudos, que informa a todos os defensores públicos da área Criminal o que está acontecendo nos Tribunais Superiores. “Isso está gerando, por parte dos colegas que atuam na primeira instância, uma maior proximidade com os da segunda instância, de maneira que eles sabem sempre a quem procurar”, explicou.

Com o tema “Defensoria Pública em Tempos de Litigância Estratégica”, o Congresso discutiu o modelo de atuação da Defensoria Pública para potencializar as ações judiciais e extrajudiciais realizadas pelos seus membros e dar maior visibilidade à Instituição, além de encontrar soluções para que o acesso aos direitos alcance a todos

FOTO: DPE/BA



Flávio Lelles
apresentou aos
defensores
baianos atuações
exitosas adotadas
pela DPMG na
Instância
Superior

Defensoria Pública cria Centro de Mediação e Conciliação em Betim

A Defensoria Pública de Minas Gerais publicou, dia 27.09.2016, no *Diário Oficial*, a Resolução nº 158/2016, que cria o Centro de Mediação e Conciliação Familiar e de Sucessões da Defensoria Pública de Betim.

Conforme a Resolução, os defensores públicos em atuação no Centro de Mediação promoverão a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação e demais técnicas de composição e administração de conflitos,

sempre que possível.

O Centro de Mediação trabalhará, no mínimo, com dois defensores públicos, indicados pelo coordenador Local e capacitados em Mediação e Conciliação. Também será eleito um representante, a quem competirá representar o Centro interna e externamente, divulgar a atividade, formular parcerias, convênios e organizar internamente os trabalhos.

Clique aqui para ver a resolução.

AÇÕES EM DESTAQUE | *continuação*

Defensoria Pública participa do II Fórum Direito das Pessoas com Deficiência

A assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na abertura do II Fórum Direito das Pessoas com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (LBI), promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos dos Deficientes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG), dia 28.09.2016, no auditório da sede entidade, na Capital. O Fórum teve por objetivo tornar a LBI mais conhecida pela sociedade. O evento contou com o apoio da Defensoria Pública de Minas Gerais.



Mesa de abertura dos trabalhos do II Fórum Direito das Pessoas com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão

Na abertura dos trabalhos, a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Deficientes da OAB-MG, Ana Lúcia Oliveira, explicou que a LBI traz direitos fundamentais para os deficientes, mas, por se tratar de uma lei recente, que entrou em vigor em janeiro deste ano, muitas pessoas com deficiência desconhecem seus próprios direitos. Agradeceu a participação da Defensoria Pública na realização do evento, destacando o seu papel de destaque na concretização dos direitos das pessoas com deficiência.

A assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos, por sua vez, ressaltou que “eventos desta natureza são fundamentais não só para a divulgação da recente Lei Brasileira de Inclusão, mas, igualmente, para levar ao conhecimento da sociedade a atuação da DPMG na luta por dignidade e inclusão social das pessoas com deficiência. Trabalhamos de forma eficiente e expressiva, e aqueles que necessitam devem saber que podem contar conosco”.

O coordenador Local substituto de Betim, Luis Renato Arêas Pinheiro, em sua palestra sobre “Judicialização da Saúde”, enfatizou a necessidade de articular

a rede de proteção à pessoa com deficiência, no intuito de cobrar a eficácia das políticas públicas de saúde. Ressaltou a imprescindibilidade de se criar meios alternativos à judicialização, como o Termo de Cooperação Técnica (TCT) nº 24/2015, firmado pela Defensoria Pública de Minas Gerais e a Secretaria de Saúde de Minas, para o atendimento das demandas de medicamentos, procedimentos e insumos médicos em face do SUS.

continua >>



O defensor público, Luis Renato Arêas Pinheiro, a mediadora, Mariana Resende Batista e o promotor de Justiça Luciano Moreira de Oliveira

AÇÕES EM DESTAQUE | *continuação***Defensoria Pública participa do II Fórum Direito das Pessoas com Deficiência**

O coordenador da Defensoria Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência, Estevão Machado de Assis Carvalho; a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos; e o coordenador Local substituto de Betim, Luis Renato Arêas Pinheiro

Renato Arêas informou sobre parceria firmada com a Defensoria Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte, objetivando a atuação extrajudicial articulada na defesa do direito das pessoas com deficiência da Região Metropolitana.

O coordenador da Defensoria Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência, Estevão Machado de Assis Carvalho, abordou o tema “O Direito de Família e a Lei Brasileira de Inclusão”. Após apresentar um histórico da Lei Brasileira de Inclusão, estabelecendo as diferenças entre incapacidade e deficiência, Estevão Assis desenvolveu os temas interdição, curatela, conforme a nova Lei Brasileira de Inclusão.



O defensor público, Estevão Machado de Assis Carvalho; o mediador, Wanderson Gonçalves Guimarães e a procuradora de Justiça do MPMG, Reyvane Ribeiro



O defensor público, Estevão Machado de Assis Carvalho; a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos; o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados, Sergio Murilo Braga; a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Deficientes da OAB-MG, Ana Lúcia Oliveira; a pastora Renata Gomes; e o defensor público, Luis Renato Pinheiro

Defensor público atua em Centro de Acolhimento para população em situação de rua, em Varginha

Dia 28.09.2016, o defensor público, Rodrigo Murad do Prado, ministrou palestra e realizou atendimento no Centro Pop, unidade da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social de Varginha, que é referência no acolhimento para população em situação de rua, ofertando oportunidades aos acolhidos para a construção de uma nova história de vida.

Durante a palestra, o defensor público abordou temas relacionados à inclusão social, explanou sobre o trabalho da Defensoria Pública; o funcionamento da Justiça e sobre os direitos dos assistidos em processos criminais e de execução penal.



Defensor público Rodrigo Murad: atuação em centro de acolhimento

AÇÕES EM DESTAQUE | *continuação*

Defensores públicos de São Lourenço participam de encontro sobre mediação de conflitos em Caxambu

Os defensores públicos Roger Vieira Feichas e Paulo Henrique Mariosa, em atuação em São Lourenço, participaram do II Encontro Mediação em Conflitos no Ambiente Escolar, realizado em Caxambu, no dia 29 de setembro, pela Secretaria Regional de Ensino, na escola estadual Mario J. Ferraz.

Conforme o defensor público Roger Vieira Feichas, “foram debatidas situações de conflito vivenciadas nas escolas entre os alunos e os modos práticos para se criar a cultura da solução de conflitos pelos próprios envolvidos e, caso não possível, por meio de um mediador da própria escola, preferencialmente por outro aluno”.

Os defensores públicos realizaram intervenções na metodologia da dinâmica, com foco na percepção de controvérsia, “em que cada parte tem uma posição sobre determinada situação e ambas podem chegar a um consenso”, ressaltou Roger Feichas.

O defensor público enfatizou que “a solução de conflitos pode acontecer de forma extrajudicial e por técnicas que geram uma pacificação mais rápida,

efetiva, assim como uma aceitação maior das partes, que se dão por satisfeitas, tanto que o novo Código de Processo Civil, em termos legais, indica a equiparação dos meios extrajudiciais aos judiciais”.



Encontro em Caxambu discutiu a mediação de conflitos em ambiente escolar

Defensoria Pública discute fortalecimento da educação inclusiva em Betim



A equipe do Instituto Ester Assumpção e o defensor público Luis Renato Pinheiro

O coordenador Local substituto de Betim, Luis Renato Arêas Pinheiro, participou de reunião no Instituto Ester Assumpção, em Betim, no dia 04.10.2016, ocasião em que foi debatida a implantação de uma rede de atores sociais, visando ao fortalecimento do processo de educação, no município, na perspectiva da educação inclusiva.

Sobre o encontro, Luis Renato Pinheiro ressaltou “a necessidade da preparação das escolas para se realizar uma educação inclusiva eficaz. É função da Defensoria Pública, em sua atuação extrajudicial, prestar orientação jurídica e contribuir para construção de uma rede social sólida, na defesa das pessoas com deficiência, em cumprimento à Lei Brasileira de Inclusão”.

EVENTOS

DPMG presente em solenidade de entrega de viaturas para a Polícia Civil

O coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 26.09.2016, na solenidade de entrega,

pelo governador Fernando Pimentel, de 134 viaturas para a Polícia Civil, no 1º andar do Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa, na Capital.

Defensoria Pública participa da abertura do PJe nas comarcas de Patrocínio e Frutal

No dia 22 de setembro, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela defensora pública, Maria Aparecida Martins Silva, na cerimônia de abertura do Processo Judicial eletrônico (PJe) em Patrocínio.

A abertura das atividades contou também com a

participação do juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Antônio Carlos Parreira, além de magistrados, servidores, advogados, promotores, autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, comunidade e membros de veículos de comunicação da região.



Diretor do Foro de Patrocínio, juiz Pedro Marcos Begatti; juiz de Direito, Walney Alves Diniz; desembargador André Luiz Amorim; defensora pública, Maria Aparecida Martins Silva; e a técnica do Pje, Tassni Caçado

Frutal

No dia 29 de setembro, o coordenador Local em Frutal, Sérgio Luis Borges, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na cerimônia de abertura do PJe em Frutal. O evento aconteceu no Salão do Tribunal do Júri, no Fórum Francisco Batista Queiroz e também contou com a participação do defensor público, Reinaldo Ferreira de Queiroz.



O defensor público, Reinaldo Ferreira e o coordenador Local, Sérgio Luis Borges, na abertura do PJe

EVENTOS | *continuação*

DPMG presente em seminário que debateu os dez anos da Lei Maria da Penha em Divinópolis



O coordenador da Regional Centro-Oeste, Vanderlei Capanema (1º, à dir.): país precisa avançar na legislação

O coordenador da Regional Centro-Oeste, Vanderlei Capanema, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 30.09.2016, em seminário organizado pela 1ª Delegacia Regional do 7º Departamento de Polícia Civil, que debateu os dez anos da Lei Maria da Penha, no auditório da Faculdade Pitágoras, em Divinópolis.

A programação enfocou temas envolvendo a Lei Maria da Penha nos aspectos jurídico, psicológico e social. Conforme o defensor público, Vanderlei Capanema, o debate é importante, pois “o Brasil precisa avançar muito na legislação que protege a mulher”.

DPMG acompanha procedimento para auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas

O coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 01.10.2016., no Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MG), no sorteio de cinco seções eleitorais de Minas Gerais, para serem submetidas à auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, por meio de votação paralela.

O sorteio foi conduzido pelo juiz Wauner Batista Ferreira Machado, presidente da Comissão da Votação Paralela, e pelo procurador Regional Eleitoral, Patrick Salgado Martins. A audiência pública aconteceu

na Sala de Sessões do Tribunal, em Belo Horizonte, e foi acompanhada por representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, partidos políticos e entidades da sociedade civil.

No domingo, dia 2, o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no acompanhamento da votação paralela e auditoria do funcionamento das urnas eletrônicas

continua >>



O coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, o defensor público Marcos Lourenço Almeida, e a juíza Maria Isabel Fleck



O coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, e o juiz Wauner Batista Ferreira Machado

EVENTOS | *continuação***DPMG acompanha procedimento para auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas**

A juíza Maria Isabel Fleck, que integra a Comissão da Votação Paralela, destacou que o objetivo do procedimento é comprovar que não é possível alterar ou desviar votos inseridos na urna eletrônica. Segundo a magistrada, a auditoria é essencial para “dar transparência à segurança da votação eletrônica e para que eleitores e candidatos tenham confiança na integridade das eleições”.

Foram sorteadas as urnas da 59ª seção eleitoral, da 7ª zona eleitoral de Além Paraíba; 49ª seção eleitoral, da 291ª zona eleitoral de Perdizes; 27ª seção eleitoral, da 96ª zona eleitoral de Coromandel; 87ª seção eleitoral, da 336ª zona eleitoral de Leme do Prado; e 298ª seção eleitoral, da 27ª zona eleitoral de Belo Horizonte. (*Informações do TRE-MG*)

FOTO: TRE/MG



O assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins (o segundo da direita para a esquerda) acompanhou a votação paralela e auditoria do funcionamento das urnas eletrônicas

Defensoria Pública presente em homenagem a atletas mineiros

O coordenador Criminal da Capital, Luis Fernando Camargos Araújo, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 05.10.2016, no Palácio Tiradentes, na cerimônia que homenageou atletas olímpicos, paralímpicos, e técnicos que participaram dos Jogos Olímpicos

e Paraolímpicos do Rio.

Na homenagem, o governo estadual apresentou 89 atletas e 20 técnicos beneficiários do edital de 2016 do programa Bolsa Atleta e Bolsa Técnico.

De 34 atletas nascidos em Minas Gerais, que participaram dos Jogos Olímpicos Rio 2016, quatro deles voltaram para casa com medalhas. O goleiro do Atlético Mineiro, Uilson, natural de Nanuque, no território Mucuri, fez parte da campanha do ouro inédito da seleção masculina de futebol.

No vôlei, o Brasil contou com a participação de Lucarelli, de Contagem, e Maurício Souza, de Iturama, para se tornar tricampeão olímpico. Na disputa pelo bronze da categoria até 80 kg do taekwondo, Maicon Siqueira, natural de Justinópolis, derrotou o atleta da Grã-Bretanha, Mahama Cho, e subiu ao pódio para receber o bronze.

A participação dos atletas mineiros nos Jogos Paralímpicos Rio 2016 terminou com oito medalhas, sendo três de prata e cinco de bronze. (*Com informações da Agência Minas*)

FOTO: CARLOS ALBERTO/ IMPRENSA MG



Cerimônia homenageou atletas olímpicos, paralímpicos e técnicos que participaram dos Jogos do Rio 2016



EVENTOS | *continuação*

Defensoria Pública participa de audiência pública sobre revisão tarifária da Copasa

A coordenadora Local de Ipatinga, Edileuza Fernandes Moraes, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 04.10.2016, na Câmara Municipal de Ipatinga, na au-



A coordenadora Local de Ipatinga, Edileuza Fernandes Moraes, e o diretor da Arsae, Gustavo Cardoso

diência pública que debateu e recolheu contribuições para a 2ª etapa da primeira Revisão Tarifária Periódica da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), realizada pela Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG).

Em sua participação, Edileuza Moraes ressaltou que a iniciativa da Arsae-MG “é extremamente importante, pois a revisão irá afetar a vida das pessoas mais carentes, que são justamente o público atendido pela Defensoria”.

No encontro, o diretor da Agência, Gustavo Cardoso, e o coordenador Econômico, Raphael Brandão, explicaram que a Revisão Tarifária tem como objetivo assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Copasa. Além disso, pretende atender ao princípio de garantir tarifas reduzidas por meio de mecanismos que induzem a eficiência e eficácia dos serviços. O processo de Revisão marca a definição das regras que prevalecerão no setor regulado durante quatro anos, com impactos econômicos, sociais e ambientais de longo prazo. *(Com informações da Arsae/MG)*

Coordenadoria de Atendimento da Capital busca parceria com o SAMU

A coordenadora do Atendimento da Capital da Defensoria Pública de Minas Gerais, Eden Mattar, a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho, e a coordenadora do Núcleo Psicossocial, psicóloga Luciana Raquel Azevedo, reuniram-se, no dia 04.10.2016, com o coordenador-geral do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Belo Horizonte (SAMU-BH), Saulo Ventura, na sede do SAMU, no bairro Coração Eucarístico.

As defensoras públicas e a psicóloga foram conhecer a forma de atuação e o setor de atendimento do SAMU, além de prestar informações sobre a dinâmica do atendimento na Defensoria Pública e suas necessidades de atendimento na área de urgência médica. O coordenador do SAMU prontificou-se a solicitar empenho da equipe no

atendimento às demandas da Defensoria Pública.

De acordo com Eden Mattar, “a parceria com o SAMU é de suma importância, vez que a população por nós assistida é composta, em sua maioria, por pessoas carentes em todos os sentidos. Tal carência não raro desemboca em problemas de saúde que, em momentos de crise, demandam uma atuação ágil em socorro e amparo à saúde”. A coordenadora do Atendimento solicitou uma capacitação de funcionários e membros da Defensoria Pública, “para que possam prestar um atendimento inicial aos assistidos em urgências, visando sempre à saúde e à vida de todos”.

As necessidades de amparo aos assistidos em sofrimento mental foram expostas por psicóloga Luciana Raquel Azevedo.



COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

Defensoria Pública de Minas Gerais promove o III Seminário Criminal

As Coordenadorias de Capacitação e da área Criminal da Capital promoveram, no dia 30.09.2016, o III Seminário Criminal, no auditório da Unidade I da Defensoria Pública, em Belo Horizonte. O evento teve como principais objetivos o debate sobre temas pertinentes à área e a capacitação dos defensores públicos em atuação na seara criminal.



O defensor público, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, em atuação em Betim; a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; o corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira; o coordenador Regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; e o presidente em exercício da Adep-MG, Heitor Baldez

Ao abrir o seminário, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, deu as boas vindas aos palestrantes e participantes, ocasião em que ressaltou a importância da atualização constante para os defensores públicos e servidores. Destacou o protagonismo da Defensoria Pública na defesa do réu, e a importância do seminário como espaço para o diálogo e debate de temas que levam à reflexão sobre as práticas da Defensoria Pública.

Segundo Christiane Neves Procópio Malard, “o seminário dá continuidade à política de capacitação de membros e servidores, importante forma de manter acesa a chama do debate de ideias e direcionamento institucional, estudo que beneficia o cidadão atendido pela DPMG”. Também destacou o papel do defensor público como agente fiscalizador na defesa do réu, das liberdades constitucionais e do devido processo legal, especialmente na produção de provas no processo penal.

O defensor público federal, Caio Paiva, ministrou a palestra “Reinventando os discursos de liberdade: efetividade e credibilidade da defesa técnica”, que teve como debatedor o defensor público Flávio Lelles, em atuação na Desits Criminal. Caio Paiva elogiou o vídeo institucional da Defensoria Pública, apresentado na abertura do seminário. Em sua abordagem, destacou a atuação estratégica da Defensoria Pública, que considerou “o local ideal para o trabalho de defensores públicos da área criminal”.

Por sua vez, o desembargador, Alexandre Vítor de Carvalho, abordou o tema “Lei 12.403/11 e a liberdade provisória: análise crítica da doutrina e jurisprudência”. Alexandre Carvalho desenvolveu aspectos técnicos da Lei, audiências de custódia e artigos do Código Penal, medida cautelar e prisão preventiva. A defensora pública, Priscila Nassif, em atuação na Defensoria de Urgências Criminais, atuou como debatedora.

continua >>



COOPROC | CCAP – *continuação*

Defensoria Pública de Minas Gerais promove o III Seminário Criminal



O coordenador Regional da área Criminal da Capital, Fernando Luís Camargos Araújo; o defensor público federal, Caio Paiva; e o defensor público, Flávio Lelles



A defensora pública, Priscila Nassif; o desembargador Alexandre Vítor de Carvalho; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e o coordenador Regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos



O defensor público e conselheiro, Fernando Martelleto; o defensor público, Flávio Lelles; o desembargador Alexandre Carvalho; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o defensor público federal Caio Paiva; a defensora pública, Thais Lima, e o defensor público, Rômulo Luis Veloso

O desembargador e professor Geraldo Prado abriu os trabalhos à tarde com a palestra “Processo Penal e democracia”, na qual discorreu sobre a democracia na América latina, segurança e insegurança jurídicas, o papel do processo penal na tutela de direitos previstos na Constituição e tratados internacionais, e como um meio necessário de garantia dos direitos do acusado.

A defensora pública do Rio de Janeiro, Thais dos Santos Lima, abordou “A importância e a rotina de atuação da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores”.

Na palestra, Thais Lima mostrou a importância da atuação dos defensores públicos nas instâncias superiores e convidou a Defensoria Pública de Minas Gerais a abrir uma representação em Brasília, para acompanhar processos junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Durante o debate, explicou o funcionamento da representação do Rio, e de outros estados, em Brasília.

continua >>





COOPROC | CCAP – *continuação*

Defensoria Pública de Minas Gerais promove o III Seminário Criminal

A coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; a defensora pública, Thais dos Santos Lima; o professor Geraldo Prado; o professor Leonardo Yarochevsky e o defensor público, Rômulo Luis Veloso



O professor Gustavo Badaró; a defensora pública Andréa Abritta Garzon; a defensora pública do Rio de Janeiro, Thais dos Santos Lima; a defensora pública, Nádia Sousa Campos; a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; e o defensor público, Rômulo Luis Veloso

O professor Gustavo Badaró encerrou o seminário com a palestra “Standards probatórios no processo penal”, desenvolvendo noções gerais sobre prova e verdade, o papel dos standards probatórios no processo penal, contextos probatórios, distinção entre valorar

e distinguir, conceito e como trabalhar com standards probatórios. Gustavo Badaró elogiou o trabalho realizado pela Defensoria Pública, ressaltando a sua importância no mundo jurídico e o seu papel na defesa dos direitos da parcela hipossuficiente da população.



O seminário contou com expressiva participação de defensores públicos e servidores





COOPROC | CCAP – *continuação*

Novos defensores públicos são apresentados à Defensoria-Geral durante Curso de Formação

No dia 05 de outubro, integrando as atividades do Curso de Formação dos defensores públicos empossados em setembro, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, apresentou a Defensoria-Geral aos novos membros da Casa. Durante a reunião, a DPG falou sobre a estrutura da Administração Superior e forneceu um panorama sobre a Instituição.

Em seguida, a fonoaudióloga e consultora, Mariana Godinho, ministrou palestra sobre comunicação, fornecendo dicas e técnicas sobre postura profissional, oratória e comunicação no ambiente de trabalho, entrevistas e audiências.

Também participaram do encontro, o subdefensor

público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; a coordenadora de Projetos e Convênios e de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; os assessores Institucionais, Cibele Cristina Maffia Lopes, Nikolas S. Macedo Katopodis e Péricles Batista da Silva; os assessores de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho e Rafael de Freitas Cunha Lins; os assessores Jurídico-Institucionais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Cláudio Miranda Pagano; a coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; e a coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar.

continua >>



Defensora-geral abordou diversos pontos, entre eles, expansão e estruturação da DPMG, projetos de lei, orçamento, capacitação, planejamento estratégico, articulação política



COOPROC | CCAP – *continuação***Novos defensores públicos são apresentados à Defensoria-Geral durante Curso de Formação**

Consultora Mariana Godinho: comunicação e marketing pessoal no curso de formação dos novos membros da Defensoria Pública de MG

Defensoria Pública sedia capacitação da Prevcom-MG

A Defensoria Pública sediou, no dia 29 de setembro, treinamento interno da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (Prevcom-MG).

O assessor Institucional, Péricles Batista da Silva, representou, na abertura, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, em nome de quem deu as boas vindas aos presentes e destacou a satisfação em franquear o auditório da DPMG para aprimoramento sobre tema importante e de interesse de grande parte dos defensores públicos, como previdência privada.

A diretora-presidente da Prevcom-MG, Maria Ester Vêras Nascimento, agradeceu a cessão do espaço para realização do curso, ressaltando a colaboração da defensora-geral, Christiane Malard, que, desde a fundação da entidade, em 2014, entendeu sua im-

portância para os defensores públicos.

A capacitação, voltada para os integrantes dos órgãos estatutários e quadro de pessoal da Fundação, realizado em razão da posse dos novos conselheiros, representantes dos participantes do Plano de Benefícios Prevplan, visou ao aprimoramento da Diretoria Executiva da entidade. Entre os novos conselheiros estão os defensores públicos, Lucas de Ávila Chaves Borges, Marcos Lourenço Capanema de Almeida, Rebeca Breves de Melo e Silva, Camila Cortes Rezende Silveira Dantas e Cantídio Dias de Freitas Filho.

O curso foi ministrado pela advogada Aparecida Ribeiro Garcia Pagliarini, membro da Comissão Mista de Autorregulação – ABRAPP, ICSS, SINDAPP; da Comissão Técnica Nacional de Assuntos Jurídicos e da Comissão Regional Sudoeste de Assuntos Jurídicos da ABRAPP.



O assessor Institucional, Péricles Batista da Silva, e a diretora-presidente da Prevcom-MG, Maria Ester Vêras Nascimento

COOPROC | CCAP – *continuação*

Inscrições abertas para o workshop “Direito Sistêmico e as Constelações na Resolução de Conflitos”

Encontram-se abertas as inscrições para o workshop “Direito Sistêmico e as Constelações na Resolução de Conflitos”, que será ministrado no dia 29 de outubro, no Hotel Hilton Garden Inn, na Cidade Jardim, na Capital, pelo juiz Sami Storch, precursor no uso das constelações na Justiça. A iniciativa é do Núcleo de Desenvolvimento Humano e Empresarial e as

inscrições devem ser feitas pelo e-mail direitosistemico@cobh.eventbrite.com.br.

A adoção da Constelação Familiar como metodologia na solução de Conflitos na Justiça está amparada na Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Também está prevista no novo Código de Processo Civil (art. 3º e art. 694).

“SALA DE ESPERA” – OFICINAS DE CIDADANIA

Informações sobre corrupção eleitoral

Dia 27.09.2016, o defensor público, Marcos Lourenço Capanema, proferiu palestra sobre corrupção eleitoral aos assistidos que aguardavam atendimento nas salas de espera das unidades da Defensoria Pública em Belo Horizonte. A atividade integrou o Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”.

O defensor público explicou que corrupção eleitoral acontece quando o eleitor aceita trocar seu voto, ou a promessa dele, por qualquer benesse em seu favor, seja dinheiro, remédio, emprego, moradia ou outro benefício.

Marcos Lourenço ressaltou que a corrupção eleitoral é crime tipificado no artigo 299 do Código Eleitoral e que a consciência do eleitor é fundamental para impedi-la, uma vez que se ele não vender seu voto, o candidato não poderá comprá-lo. “O eleitor deve ter a consciência de votar pensando no melhor para todos e não apenas para ele próprio”.

O defensor público fez um apelo aos assistidos presentes: “não sejam coniventes, partícipes da corrupção eleitoral, pesquisem sobre os candidatos e votem com ética, ou seja, pelo bem comum”.



A coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar (à esquerda), apresentou o palestrante do dia e a coordenadora do Projeto “Sala de Espera”, Eliane Medeiros (à direita)

DPMG NA MÍDIA

Coordenador Local de Passos e da Regional do Sudoeste divulga “Mutirão Direito a Ter Pai” na imprensa

O defensor público e coordenador Local de Passos e da Regional do Sudoeste, Carlos Alberto Thomazelli Penha, concedeu entrevista ao jornal *Folha da Manhã*, no dia 2 de setembro, para falar sobre o “Mutirão Direito a Ter Pai”, que será realizado nas comarcas da Regional Sudoeste (Passos e Cássia), no dia 7 de outubro.

Durante entrevista, o coordenador ressaltou informações básicas sobre a inscrição no mutirão, for-

neceu orientações gerais sobre como será realizado o evento e destacou dados estatísticos relativos às edições anteriores do evento em Passos e em outras comarcas.

Calos Alberto Thomazelli também concedeu entrevista para as rádios locais: Rádio Ind FM e Rádio Vida FM.

[Clique aqui para conferir a matéria completa.](#)

DPMG NA MÍDIA

Mutirão “Direito a Ter Pai” em São Lourenço e Poços de Caldas

O Mutirão “Direito a Ter Pai” está sendo divulgado em São Lourenço. O jornal “Correio do Papagaio”, que circula em 33 cidades do Sul de Minas, publicou matéria sobre a iniciativa, em suas versões virtual e impressa.

A reportagem contou com a participação do defensor público, Roger Vieira Feichas, em atuação na comarca.

[Clique aqui para ler.](#)

A coordenadora Local de Poços de Caldas e da Regional do Alto do Rio Pardo, defensora pública, Karina Roscoe Zanetti, concedeu entrevista, no dia 09 de setembro, à TV Plan para divulgar o Mutirão “Direito a Ter Pai”.

[Clique aqui para ver a entrevista.](#)

Os defensores públicos, Adriano Magno de Marçall e Silva e Álvaro da Silveira Bittencourt, também foram entrevistados por mídias locais.

[Acesse aqui para ler a entrevista](#)

Atuação do Grupo Interdefensorial do Rio Doce foi tema de reportagem no MG InterTV 2ª edição

A audiência pública promovida pelo Grupo Interdefensorial do Rio Doce dia 22.09.2016, em Governador Valadares, foi tema de reportagem do *MG InterTV 2ª edição*, que contou com a participação,

como entrevistado, do coordenador da Regional Vale do Rio Doce e Local, defensor público, Calânico Sobrinho Rios.

[Clique aqui para ver a reportagem](#)

Defensores públicos em Passos concedem entrevista ao jornal *Folha da Manhã* sobre o atendimento na área da Saúde

O coordenador Local de Passos e da Regional Sudoeste, Carlos Alberto Thomazelli Penha, e o defensor público Antônio César Camargo Jardim concederam entrevista ao jornal *Folha da Manhã*, para falar sobre o atendimento da Defensoria Pública de Minas Gerais em Passos na área da Saúde, ocasião em que destacaram o crescimento contínuo da demanda no município.

A reportagem veiculada, no dia 04 de setembro, também mostra entrevista com uma gestante, que recorreu aos serviços da DPMG, para obter um medicamento de alto custo contra trombose.

[Clique aqui para ler a matéria na íntegra.](#)

Direitos do Idoso são abordados por defensor público em reportagem no MGTV 1ª edição

O jornal *MGTV 1ª edição*, do dia 27 de setembro, veiculou reportagem sobre o Dia do Idoso, na qual o coordenador da Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, Estevão Machado de Assis Carvalho, é entrevistado sobre direitos da pessoa idosa.

[Clique aqui para acessar o link com o programa.](#)
A matéria está em 25:15 minutos.



DPMG NA MÍDIA

Ouro Fino: coordenador fala sobre medicamentos de alto custo no SUS

O coordenador Local em Ouro Fino, defensor público, Evandro Luiz dos Santos, concedeu entrevista para a Rádio Difusora, no dia 28 de setembro, para falar sobre o julgamento de dois recursos que se encontram na pauta do Supremo Tribunal Federal, que tratam sobre o fornecimento de medicamento de alto custo pelo Sistema Único de Saúde. Neles, os Estados de Minas Gerais e do Rio Gran-

de do Norte defendem, em síntese, que o Estado não deve ser obrigado a fornecer medicamento de alto custo ou que se encontrem sem registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O julgamento foi adiado por pedido de vista do ministro Teori Zavascki, no dia 28.

[Clique aqui para ouvir a entrevista.](#)

Crescimento do atendimento em Ituiutaba é tema de reportagem

O jornal *MGTV 2ª edição*, do dia 03 de outubro, veiculou reportagem sobre o aumento do número de atendimentos pela Defensoria Pública em Ituiutaba. A entrevista foi realizada pela TV Integração, com coordenador Local, Lupércio Carvalho Arantes.

[Clique aqui para assistir a reportagem](#)



VISITAS AO GABINETE

Defensoria Pública-Geral recebe membros da Arsae-MG

No dia 28.09.2016, a Defensoria-Geral recebeu membros da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Arsae-MG), que convidaram a Defensoria Pública de Minas Gerais para participar das sessões presenciais da Audiência Pública nº 12/2016.

As reuniões têm a finalidade de discutir a metodologia e os aspectos gerais da Revisão Tarifária Periódica da Copasa. Este processo marca a definição de novas regras que prevalecerão no setor regulado durante quatro anos, com expressivo impacto do ponto de vista econômico, social e ambiental.



Membros da Arsae
Raphael Brandão
 (Coordenador Técnico de Regulação e Fiscalização Econômico-Financeira),
Gustavo Gibson (diretor),
Gustavo Castão (diretor-geral); a chefe de gabinete da DPMG, **Luciana Leão**; o coordenador da área Cível da Capital, **Alexandre Tavares**; o defensor público, **Lucas Simões**; e o coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, **Daniel Firmato de Almeida Glória**

VISITAS AO GABINETE – *continuação*

Defensora-geral recebe palestrantes do III Seminário Criminal

Antes da abertura do III Seminário Criminal, realizado no dia 30.09.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu

gabinete as visitas do desembargador Alexandre Vítor de Carvalho e do professor Geraldo Prado, que participaram do evento como palestrantes.



A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, a assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; o defensor público, Camilo Angelus, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o defensor público, Gério Patrocínio Soares; o desembargador Alexandre Vítor de Carvalho; o chefe do Centro de Segurança Institucional, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto; e a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho

Defensor público Rômulo Veloso; o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins; a defensora pública do Rio de Janeiro, Thais dos Santos Lima; o professor Leonardo Yarochevsky; o coordenador Criminal, Fernando Luis Camargos; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; a defensora pública, Camila Sousa Gomes; a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes; e o professor Geraldo Prado



Assessores da Defensoria-Geral reúnem-se com servidores públicos da DPMG

No dia 30.09.2016, a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, e os assessores da Defensoria-Geral, Nikolas S. Macedo Katopodis e Cláudio Miranda Pagano, receberam, no gabinete, os servidores da Instituição, Adalto Quaresma Lemos, lotado em Juiz de Fora,

Amaury Henrique Salomão, lotado em Teófilo Otoni, e Conceição de Castro Viana, que trabalha na Capital. Durante a reunião, foram tratados assuntos institucionais relativos aos servidores públicos da Defensoria Pública do Estado.



Em sentido horário: servidores públicos Conceição de Castro, Amaury Salomão e Adalto Quaresma; chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; assessor Institucional, Nikolas Katopodis; e o assessor Jurídico-Institucional, Cláudio Pagano

VISITAS AO GABINETE – *continuação*

Defensoria-Geral recebe visita do coordenador Regional Vale do Rio Doce

O coordenador da Regional Vale do Rio Doce e Local de Governador Valadares, Calânico Sobrinho Reis, visitou o gabinete da Defensoria-Geral, no dia 03.10.2016. Ele foi recebido pela defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e pela chefe de Gabinete, Luciana Lara Lara. Na oportunidade em que foram tratados assuntos relativos à Regional e à Comarca de Governador de Valadares.

O coordenador Regional Vale do Rio Doce, Calânico Sobrinho Reis, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara.



DPG reúne-se com defensores públicos da Infância e Juventude – Cível

No dia 06.10.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com o coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, e as defensoras públicas, Adriane da Silveira Seixas e Thaísa Amaral Braga, em atuação na Especializada.

Durante a reunião, que contou também com a participação da chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; da assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho; e do assessor Institucional, Péricles Batista da Silva; foram tratados assuntos relativos à Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível.



Em sentido horário: assessor Institucional, Péricles Batista da Silva; defensores públicos, Thaísa Amaral Braga e Wellerson Eduardo da Silva Corrêa (coordenador); assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho; defensora pública, Adriane da Silveira Seixas; chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; e a DPG Christiane Malard

Defensora pública Alessa Pagan visita gabinete da Defensoria-Geral

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, no dia 06.10.2016, a visita da defensora pública Alessa Pagan Veiga, em atuação na Execução Penal em Uberaba, oportunidade em que foram tratados temas da área de atuação da defensora.

Participou também do encontro, o assessor Institucional, Nikolas Macedo Katopodis.

O assessor Institucional, Nikolas Katopodis, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e a defensora pública, Alessa Pagan





A Defensoria Pública de Minas Gerais está apoiando a Campanha Outubro Rosa 2016. O *hall* de bandeiras na frente do edifício da Unidade I, na Capital, ganhou iluminação rosa, como forma de lembrar a campanha e aqueles que lutam contra o câncer de mama. A iniciativa visa alertar a importância do diagnóstico precoce da doença, que é a segunda mais recorrente no mundo e no Brasil.

Dados do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) mostram que o câncer de mama é o tipo mais comum entre as mulheres, depois do de pele não melanoma, respondendo por cerca de 25% dos novos casos a cada ano. Com raridade, o câncer de mama também acomete homens, representando apenas 1% do total de casos da doença.

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional
Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Unidade I BH – Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho
www.defensoria.mg.def.br

